

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.422.356 - SP (2018/0343393-6)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
AGRAVANTE : ADILSON SOMENSARI
ADVOGADOS : VERA LUCIA D AMATO - SP038399
WILSON MIGUEL - SP099858
DANIELA VILLARES DE MAGALHÃES GOMES - SP250739
AGRAVADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL

DECISÃO

O Superior Tribunal de Justiça, nos autos dos REspS 1.648.336/RS e 1.644.191/RS, ambos de Relatoria do Ministro Herman Benjamin, por intermédio da Primeira Seção, publicação no DJe de 29/5/2017, submeteu ao rito do recurso especial repetitivo, Tema repetitivo n. 975/STJ, a questão atinente à incidência do prazo decadencial sobre o direito de revisão do ato de concessão de benefício previdenciário do regime geral, artigo 103 da Lei 8.213/1991, nas hipóteses em que o ato administrativo da autarquia previdenciária não apreciou o mérito do objeto da revisão.

Compulsando-se os autos, verifica-se que o agravante manifestou em suas razões de agravo em recurso especial que não tem interesse no prosseguimento do feito quanto ao tema da desaposentação, tendo em vista que a matéria já se encontra consolidada no âmbito do STF.

Por ocasião do julgamento dos embargos declaratórios em embargos infringentes, o Tribunal *a quo* tornou prejudicado o recurso especial da parte agravante quanto à insurgência aos honorários advocatícios e juros moratórios.

Remanesce a controvérsia recursal quanto à decadência para revisão de benefício previdenciário, nos limites da tese representativa da controvérsia.

A admissão de recurso especial como representativo da controvérsia impõe que os processos que tratem da mesma questão central fiquem suspensos até o pronunciamento definitivo do STJ e os recursos já interpostos fiquem sobrestados perante o Tribunal de origem, consoante artigo 1.037 do CPC/2015.

Posteriormente, tais recursos devem ser apreciados na forma prevista nos artigos 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Nesse contexto, determino a devolução dos autos ao Tribunal de origem, com baixa da distribuição, para que, após publicados os acórdãos relativos aos recursos representativos da controvérsia, o recurso especial: 1) tenha seguimento denegado na hipótese de o acórdão recorrido coincidir com a orientação do Superior Tribunal de Justiça ou 2) seja novamente examinado pelo Tribunal de origem, na hipótese de o acórdão recorrido divergir da orientação do Superior Tribunal de Justiça, observados os artigos 1.040 e 1.041 do CPC/2015.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 20 de fevereiro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
Relator